

“Executivo vai para o lado errado”

por Fátima Belchior
do Rio

“O governo insiste em que inflação se combata com aumento de imposto. Está caminhando para o lado errado. O necessário é fazer uma reforma tributária ampla.” A opinião é do vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Firjan e presidente do Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Materiais Elétricos do Rio de Janeiro, César Moreira.

Moreira, diretor da Usimeca — Usina Mecânica Carioca S.A., além de considerar inflacionário o aumento de impostos, não acredita em cortes de despesas governamentais, para se equilibrar o déficit público. “Temos que ver é

o corte, mas o que vemos é aumento de imposto”, comentou ele, referindo-se, também, à recente decisão do governo de reduzir o prazo de pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que para ele, representa, na prática, aumento de tributo. O vice-presidente da Firjan é da opinião que a questão tributária deve ser tratada através de uma ampla reforma. A mudança, para Moreira, deveria ocorrer na base da arrecadação, de forma tal que aumentasse a base de arrecadação. “Todos pagariam mais, porém, um pouquinho cada um.”

O aumento da carga tributária em todos os impostos e contribuições federais recebeu a crítica do presi-

dente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Humberto Mota. “Se o governo reconhece que para cada cruzeiro arrecadado, outro é sonogado, a solução não está em criar mais impostos, mas na ampliação da base de arrecadação, através da redução de alíquota”, disse ele à editora Cristina Borges.

“Eu duvido que os deputados votem em algo desse tipo.” A opinião é da economista Sol Garçon, assessora da Secretaria Municipal da Fazenda. Ela referia-se à necessidade de aprovação de emenda pelo Congresso para que seja posta em prática a decisão do governo de, em 1994, reduzir em 15% as transferências da União para estados e municípios, definidas na

Constituição, relatou a editora Fátima Belchior.

A assessora de Maria Sílvia Bastos Marques, secretária municipal, considera que com esta decisão o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, “está brigando com todos, estados e municípios”.

Segundo Sol Garçon, o município do Rio vive basicamente de suas próprias receitas. Em 1992, 70% da receita foi gerada por impostos municipais (IPTU, ISS, ITBI e IVVC), 25% resultou de transferências do estado através de arrecadação do ICMS; 2,9% foi transferências da União, e 2,5% decorreu de repasses do estado gerados pela cobrança do Imposto sobre Veículos Automotivos (IPVA).